

Senadores liberam empréstimos a SP

Senado 14 SET 1988
ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem quatro autorizações de empréstimos. Dois foram para a Prefeitura de São Paulo, num total de cerca de 80 milhões de OTNs (Cz\$ 191,3 bilhões); um para a prefeitura de Campinas (SP), de 3,4 milhões de OTNs (Cz\$ 8,1 bilhões) e um para a prefeitura de Linhares (ES), de 69.954 OTNs (Cz\$ 167,3 milhões).

As votações só aconteceram porque os senadores, principalmente os líderes do PMDB, Ronan Tito (MG), e do PFL, Marcondes Gadelha (PB), conseguiram convencer o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) de que um empréstimo no valor de 25 milhões de OTNs (Cz\$ 60 bilhões) para a Bahia seria liberado hoje pelo governo. Jutahy havia prometido obstruir a sessão em protesto ao boicote que, segundo ele, o governo da Bahia vem sofrendo por parte do governo federal.

ESFORÇO

Ainda ontem, o Senado aprovou projeto de lei que proíbe o uso de clorofluorcarbonetos em aerossóis tipo spray. Hoje, a Câmara deverá votar outro projeto de lei com a mesma proposta. Ambos ainda dependem de aprovação final na Câmara e no Senado, respectivamente. A matéria foi uma das primeiras a serem examinadas pelo Congresso no esforço concentrado iniciado esta semana. O clorofluorcarboneto é o gás mundialmente condenado por destruir a camada de Ozônio na atmosfera.

O quórum para deliberação já havia sido alcançado ontem não só no Senado (52 dos 72 senadores estavam presentes) como na Câmara (254 dos 487 deputados estavam presentes), mas as votações ficaram para hoje e amanhã. As lideranças partidárias na Câmara selecionaram ontem as matérias que serão colocadas hoje na pauta de votações, em regime de urgência. Além do projeto que proíbe o uso do clorofluorcarboneto, escolheram os seguintes: de convocação do ministro da Indústria e do Comércio para falar sobre as Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs); de criação de 60 cargos de juizes e de dezenas de outros cargos na Justiça dos territórios; de regulamentação da produção, circulação e comercialização de vinho e de inclusão do ensino de história geral da África e de história do negro no Brasil no currículo escolar obrigatório.

Hoje pela manhã, o esforço concentrado começará com uma sessão conjunta do Congresso. Serão lidas as últimas 25 mensagens presidenciais que submetem a apreciação do Poder Legislativo o projeto de orçamento para 1989 e mais 24 decretos-leis. Estarão também na pauta para votação seis vetos presidenciais e 20 decretos-leis. Difícilmente, porém, haverá votação, porque a nova Constituição estabelece prazo de seis meses para exame dos decretos-leis que foram baixados até o dia 2. À tarde, as votações serão realizadas nas sessões normais da Câmara e do Senado.



Alencar Monteiro/AE - 21/4/88

Gadelha: argumentação regional para desobstruir votação